

45 ANOS DE PENSAMENTO DE CELSO FURTADO SOBRE O DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE (1959-2004)

Nivalter Aires Santos¹

RESUMO

Objetiva-se com esse trabalho fazer um balanço do pensamento de Celso Furtado sobre os problemas da região Nordeste e a questão do desenvolvimento, a partir de seus escritos entre 1959 e 2004. A orientação metodológica utilizada é o materialismo histórico dialético, considerando o Brasil como um país submetido aos problemas do capitalismo semicolonial ou dependente; também considerou-se os estudos de Bakhtin, em *Marxismo e Filosofia da Linguagem*, que entende que cada época e cada grupo social têm seu repertório e forma de discurso na comunicação sócio ideológica, bem como Celso Furtado e toda a discussão sobre desenvolvimento, que carrega em seu bojo um protagonismo e dá centralidade a fração industrial do capital. Como resultado observa-se que: Furtado defende o desenvolvimento para ao Nordeste, via SUDENE, em 1950-1964; que o golpe de 1964 barrou essas aspirações; que os 21 anos de regime militar foram marcados por um “mau desenvolvimento”; e depois da redemocratização as políticas de corte neoliberal, produziu efeitos particularmente nefastos nas regiões mais dependentes do governo federal.

Palavras-chave: Celso Furtado; Desenvolvimento; Questão Regional; Nordeste.

45 YEARS OF THOUGHT OF CELSO FURTADO ABOUT THE DEVELOPMENT OF THE NORTHEAST (1959-2004)

ABSTRACT

The objective of this paper is to take stock of the thought of Celso Furtado on the problems of the Brazilian Northeast region and the issue of development, from his writings between 1959 and 2004. The methodology used is dialectical and historical materialism, considering Brazil as a country subject to the problems of semicolonial or dependent capitalism; we also consider the studies of Bakhtin, in *Marxismo e Filosofia da Linguagem*, who understands that each epoch and each social group have their repertoire and form of discourse in the ideological partner communication, as well as Celso Furtado and the whole discussion on development, which gives a leading role and centrality to the industrial fraction of capital. As a result it is observed that: Furtado defends the development for the Northeast, via SUDENE, in 1959-1964; that the military coup of 1964 barred these aspirations; that the 21 years of military rule were marked by a "poor development"; and after the re-democratization of neo-liberal policies, produced particularly harmful effects in the more dependent regions of the federal government.

Keywords: Celso Furtado; Development; Regional Issues; Brazilian Northeast.

¹ Doutorando do Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Mestre em Ciências Sociais (2017) e Bacharel em Ciências Econômicas (2013) pela Universidade Federal de Campina Grande. E-mail: aires.nivalter@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

Celso Furtado tem uma larga produção dedicada a pensar o desenvolvimento, num esforço de aplicação ao caso brasileiro, e dentro do Brasil o caso nordestino, particularmente, é merecedor de sua atenção. Seus trabalhos entre fins da década de 1950 e começo de 1960 são vastamente conhecidos, principalmente tendo em vista sua ativa participação política como coordenador do Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste, em seguida como superintendente da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), no governo de Juscelino Kubitschek, e depois ocupando o Ministério do Planejamento no governo João Goulart, e de volta a SUDENE.

Com o golpe militar em 1964, Furtado teve seus direitos políticos cassados, e suas ideias para o desenvolvimento do Brasil e Nordeste foram se perdendo pelo caminho e, finalmente, abandonadas. A SUDENE tomou um rumo diferente daquele para qual foi pensada. Mesmo fora da cena política, no exílio e principalmente depois que voltou, não deixou de refletir sobre a questão nordestina, fazendo uma avaliação do que aconteceu e um balanço histórico depois que viu seu projeto interrompido e sua fantasia desfeita.

Nesse sentido objetiva-se fazer um balanço do pensamento de Celso Furtado sobre os problemas da região Nordeste a partir de seus escritos em diferentes momentos, a fim de encontrar sua discussão sobre a questão nordestina, principalmente a partir do (sub)desenvolvimento.

A orientação teórico-metodológica utilizada para compreender o pensamento de Celso Furtado, sobre essas questões colocadas, é o materialismo histórico dialético. Levando em consideração que o Brasil como um país submetido aos problemas do capitalismo semicolonial ou dependente, em que convivem áreas/regiões com elevado grau de desenvolvimento e outros de profundo atraso, devido à natureza do desenvolvimento desigual e combinado da própria expansão capitalista.

Também estão sendo considerados os estudos de Mikhail Bakhtin, em *Marxismo e Filosofia da Linguagem*, que coloca os produtos ideológicos – nesse caso o pensamento de Celso Furtado – como parte de uma realidade que reflete e refrata uma outra realidade que lhe é exterior. Desconsiderando as categorias de causalidade mecanicistas, entende-se que, mesmo assim, cada época e cada grupo

social têm seu repertório e forma de discurso na comunicação sócio ideológica. Bem como Celso Furtado e toda a discussão sobre desenvolvimento, que carrega em seu bojo um protagonismo e dá centralidade a fração do capital produtivo industrial.

Serão levados em consideração para esta análise, principalmente, os seguintes textos: *Formação Econômica do Brasil* [1959], *Uma Política de Desenvolvimento para o Nordeste* [1959], *A Operação Nordeste* [1959], *Reflexões sobre a pré-revolução brasileira* [1962], *Obstáculos políticos ao crescimento brasileiro* [1965], *A estrutura agrária no subdesenvolvimento brasileiro* [1972], *Uma política de desenvolvimento para o Nordeste* [1981], *O Nordeste: reflexões sobre uma política alternativa de desenvolvimento* [1984], *Entre inconformismo e reformismo* [1987], e *Os desafios da nova geração* [2004].

Esse trabalho está dividido em seis partes. Além desta introdução, há uma segunda com uma apresentação de Celso Furtado enquanto pensador e sujeito político que esteve envolvido num projeto que tinha o desenvolvimento como elemento central; uma terceira apresentando elementos da formação econômica do Brasil, e da região Nordeste, até meados do século XX, quando a concentração industrial abre possibilidade de discussão sobre as chamadas disparidades regionais no Brasil; uma seguinte dedicada a discutir a possibilidade de desenvolvimento do Nordeste, da teoria a prática política; uma quinta para analisar sua leitura e avaliação da questão regional pós-1964 quando Furtado estava fora do país, e depois no processo de redemocratização; e por fim as considerações finais.

2 BREVE RELATO BIOGRÁFICO DE CELSO FURTADO

Celso Monteiro Furtado² nasceu na cidade sertaneja de Pombal, interior do Estado da Paraíba, no dia 26 de julho de 1920, filho de Maria Alice Monteiro (de família de proprietários de terra) e Maurício de Medeiros Furtado (de família de magistrados). Em 1927, a família mudou-se para Parahyba³, capital do estado. Em 1932, Furtado iniciou os estudos secundários no Liceu Paraibano; em 1938 foi para o Ginásio Pernambucano no Recife, no Estado vizinho; e em 1940 entra para a Faculdade Nacional de Direito no Rio de Janeiro.

² As informações biográficas foram retiradas da seção Cronologia do livro *Celso Furtado Essencial* organizado por Rosa Freire D'Aguiar, e das Obras Autobiográficas do próprio Celso Furtado.

³ Atual cidade de João Pessoa.

Em fins de 1944 concluiu a faculdade de direito e foi convocado para a Força Expedicionária Brasileira, no ano seguinte embarcou para a Itália passando também pela França, onde conheceu Maurice Byé, de quem recebeu incentivo para realizar um estudo sobre a economia do Brasil. Depois do retorno a terras brasileiras, tomou a decisão de não ser advogado como o pai, mas sim economista. Em dezembro de 1946 inscreveu-se no curso de doutorado em economia da Faculdade de Direito e Ciências Econômicas da Universidade de Paris (*Sorbonne*). Também nesse período fez, no Instituto de Ciências Políticas da mesma universidade, um curso de marxismo ministrado pelo professor Auguste Cornu.

Em 1948, em posse do título de doutorado⁴, voltou ao Brasil e juntou-se ao quadro de economistas da Fundação Getúlio Vargas. No ano seguinte mudou-se para Santiago do Chile, onde trabalhou na recém-criada Comissão Econômica para a América Latina (Cepal), órgão das Nações Unidas. A Cepal criou, na periferia do capitalismo global, uma escola de pensamento econômico que se dedicou fortemente a estudar a relação Centro-Periferia.

Em 1950, Furtado assumiu a função de diretor da Divisão de Desenvolvimento da Cepal até 1957, quando se afastou da instituição e foi para Universidade de Cambridge fazer pós-doutorado. Nessa oportunidade escreveu *Formação econômica do Brasil*, que foi publicado em 1959.

Em 1958, de volta ao Brasil, assumiu uma diretoria do BNDE. Paralelamente, por nomeação do presidente Juscelino Kubitschek, assumiu a coordenação do Grupo de Trabalho do Desenvolvimento do Nordeste (GTDN), onde elaborou o estudo *Uma política econômica de desenvolvimento para o Nordeste*, que fundamenta a posterior criação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) em 1959, com sede no Recife, que tem em Celso Furtado seu primeiro Superintendente.

Nos anos seguintes seguiu ativamente debatendo a questão nordestina, em 1959 apresentou a conferência *A Operação Nordeste* no Instituto Superior de Estudos Brasileiros (Iseb). Em 1962, publicou a *Pré-revolução Brasileira*, saindo duas edições naquele ano. Ainda em 1962 assumiu a pasta de Ministro do

⁴ Apresentou a tese: *L'Économie coloniale brésilienne aux XVIÈ et XVIIÈ siècle*, orientado por Maurice Byé, obtendo a menção *très bien*.

Planejamento de João Goulart, e elaborou o Plano Trienal. Em 1963 deixou o Ministério do Planejamento e retornou para a SUDENE.

O golpe militar enterrou suas aspirações reformistas. No dia 10 de abril, no Ato Institucional nº 1, Furtado teve seus direitos políticos cassados por 10 anos, então partiu do Brasil, indo primeiro para o Chile e em 1965 para França onde assumiu a cátedra de professor de desenvolvimento econômico na Faculdade de Direito e Ciências Econômicas da Universidade de Paris, na qual permaneceu por vinte anos.

Logo no pós-golpe em 1965, apresentou numa conferência promovida pelo *Royal Institute of International Affairs (Chatam House)*, em Londres sobre *Obstacles to Change in Latin America*, que foi traduzido e publicado Revista Civilização Brasileira sob o título “*Obstáculos políticos ao crescimento brasileiro*”.

Em 1979 depois da anistia, passou a vir regularmente ao Brasil, e casou-se com Rosa Freire d’Aguiar, grande colaboradora e organizadora da produção intelectual de Furtado. Em 1981 filiou-se ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), como membro do diretório nacional. Nesse mesmo ano publicou um texto *Uma política de desenvolvimento para o Nordeste*, com o mesmo título daquele estudo publicado em nome do GTDN.

Antes de Voltar ao Brasil definitivamente, assumiu por três anos (a partir de 1982) a diretoria de pesquisas da *École des Hautes Études en Sciences Sociales*, em Paris, dirigindo seminários sobre economia brasileira e internacional. Nesse meio tempo publicou *Cultura e desenvolvimento em época de crise*, em 1984, que tinha um capítulo sobre *O Nordeste: reflexões sobre uma política alternativa de desenvolvimento*.

Em 1986 assumiu o Ministério da Cultura do governo de José Sarney. Ao longo dos anos 1990 fez parte de diversas comissões da ONU/UNESCO: Comissão Mundial para a Cultura e o Desenvolvimento (1993), Comissão Internacional de Bioética (1996).

Celso Furtado morreu em 2004, em sua casa no Rio de Janeiro, de parada cardíaca.

3 FORMAÇÃO ECONÔMICA DO BRASIL E AS DISPARIDADES REGIONAIS

No livro *Formação Econômica do Brasil*, Furtado só propõe a fazer um apanhado de história econômica desde o Brasil colônia até meados do século XX, o texto analisa os processos econômicos pelo qual as diferentes regiões do país passam, a atenção aqui será entender como Furtado apresenta a formação da região Nordeste, para isso será usado um amplo conjunto de citações, para evitar fugir muito do proposto por Furtado no seu pensamento.

Sobre esta obra, Guimarães Neto e Brandão destacam que ela apresenta que “*em cada uma das economias regionais é explicada a sua evolução: gestação, o auge, a contração ou regressão e as saídas e transformações, com a superação da estrutura precedente*” (GUIMARÃES NETO; BRANDÃO, 2009, p. 2).

Na primeira parte do livro – *Fundamentos Econômicos da Ocupação Territorial* – Furtado nos apresenta que no Nordeste se estruturou as raízes do processo de ocupação territorial do país através da empresa açucareira.

A segunda parte – *Economia Escravista de Agricultura Tropical Séculos XVI e XVII* – devido à importância das bases produtivas que foram instaladas, dá bastantes importância ao Nordeste, com ênfase para a ocupação humana e econômica do litoral, que se fundaram sob “*privilégios e favores especiais aos que se dispusessem a implantar e fazer funcionar os engenhos de açúcar*” (BACELAR; SANTOS, 2009, p. 183). As características fundantes da empresa açucareira nordestina – forte concentração da renda e de terras – ficaram marcadas no Nordeste por toda a história que se segue.

No litoral formou-se um sistema econômico de rápida expansão o que “*acarretou consequências diretas e indiretas para as demais regiões do subcontinente que reivindicavam os portugueses*” (FURTADO, 2007, p. 92). A economia açucareira, devido a suas características particulares de monocultura, criou um mercado consumidor relativamente grande, dando possibilidades de desenvolvimento para outra região, como aconteceu com a pecuária no *hinterland* nordestino.

A separação geográfica entre as atividades açucareira e criatória fizeram surgir relações de dependência econômica dentro do próprio Nordeste. Contrariando a expectativa econômica, era a área de atividade mais rentável e de maior importância que dependia da outra, no litoral havia escassez de alimentos, supridos

em parte pelo gado sertanejo. Mesmo que a pecuária não tenha tido forte expressão econômica foi fundamental para manutenção da monocultura da cana.

A atividade criatória encontrava-se em permanente expansão, independente das relações de procura, o que determinou a penetração e ocupação do sertão nordestino. A atividade criatória não parece ter tido muitos problemas de expansão, pois para o colono descapitalizado era uma atividade mais atrativa que as encontradas no litoral.

A economia nordestina, em seus dois aspectos, tendia a preservar suas características na forma original, tanto em etapas de expansão quando de retração, o crescimento se deu em caráter unicamente extensivo, agregando mais terras e mão de obra sem mudança em termos de produtividade desses fatores.

Nesse sentido Furtado destaca que:

As formas que assumem os dois sistemas da economia brasileira nordestina – o açucareiro e o criatório – no lento processo de decadência que se inicia na segunda metade do século XVII constituem elementos fundamentais na formação do que no século XX viria a ser a economia brasileira (FURTADO, 2007, p. 101).

No século XVII, devido à concorrência com as Antilhas à economia açucareira entrou num processo de letargia, que no século seguinte agravou-se em razão do aumento do preço da mão de obra escrava, e a evasão de mão de obra especializada que migrou para região aurífera – merecendo mencionar que o período de crise em nada mudou a estrutura produtiva do açúcar.

A economia sertaneja dispunha de muito pouca renda monetária, sendo essa dependente do gado vendido no litoral e da exportação de couro que passou a ser a única fonte de renda nos períodos de crise do setor açucareiro, o que nada afetava a oferta de alimentos que era produzida na própria região. O Litoral, por sua vez, sofria nos tempos de redução da renda real devido à inelasticidade da oferta de alimentos, e a impossibilidade financeira de comprá-los.

Nesse período, do final do século XVII para o século XVIII, a expansão da economia nordestina se deu num processo de involução econômica. Isso significa que o setor de baixa produtividade (pecuária e produção de subsistência) ganhava mais importância que o de alta (açucareira), desse modo a

[...] formação da população nordestina e a de sua precária economia de subsistência [...] estão assim ligados a esse lento processo de decadência da grande empresa açucareira que possivelmente foi, em sua melhor época, o negócio colonial agrícola mais rentável de todos os tempos” (FURTADO, 2007, p. 106).

De acordo com o apresentado por Furtado, essas são as bases coloniais do problema do Nordeste. As características fundiárias da colonização e a baixa produtividade foram a herança que o passado colonial deixou para a Região.

A partir desse momento a economia açucareira do Nordeste viveu em estado constante de crise por mais de três séculos, só apresentava alguma melhora quando as condições do mercado externo permitiam, e não por ter realizado qualquer modificação estrutural significativa. O Nordeste foi progressivamente se transformando numa economia onde grande parte da população produzia apenas o necessário para subsistir.

Saltando para a quinta parte do livro – *Economia De Transição Para Um Sistema Industrial Século XX* – observa-se que nela está a base da formulação de Celso Furtado sobre sua formulação das disparidades regionais no Brasil. Que pode ser considerado, por sua vez, resultado do processo de industrialização concentrado em uma região, durante a primeira metade do século XX.

A sua análise começa com a crise do setor cafeeiro que seguiu o rastro da crise capitalista internacional, e os mecanismos aplicados em defesa do café foram essenciais para a economia brasileira fazer sua transição para um sistema industrial.

Sobre o ciclo do café é importante que se saiba que a expansão desenfreada desse produto, no Centro-sul, desde fins do século XIX eventualmente resultaria em uma crise de grandes proporções para a economia brasileira devido ao volume crescente de oferta. Essa situação não poderia se sustentar por muito tempo. Já no começo do século XX aconteceu uma primeira crise de superprodução, a partir daí os empresários perceberam que podiam defender-se contra a baixa dos preços, então passaram a reter parte da produção fora do mercado, e assim contrair artificialmente a oferta, a fim de garantir o nível de preços, as bases para a política de “valorização” do café foi estabelecida no convênio de Taubaté em 1906.

Mesmo que a economia capitalista mundial não tivesse entrado em profunda crise após a grande expansão dos anos 20, não havia nenhuma porta pela qual se pudessem sair todo o estoque acumulado de café, sem mencionar que a capacidade

produtiva continuava a aumentar. Com o estouro da crise no último trimestre de 1929, em poucos meses as reservas metálicas foram tragadas pelos capitais externos em fuga do país.

A reação do governo federal foi manter a política de defesa do café, que teve como resultado a retenção e destruição de parte da produção cafeeira, com o objetivo claro de proteger o setor cafeeiro. Ao garantir preços mínimos de compra estava na realidade mantendo o nível de emprego nesse setor da economia exportadora, e indiretamente, nos setores ligados ao mercado interno. Ao evitar-se uma contração de grandes proporções na renda monetária do setor exportador, reduziam-se proporcionalmente os efeitos do multiplicador de desemprego sobre os demais setores da economia. Essa política de maneira inconscientemente serviu de forma anticíclica, sendo muito superior a aquelas praticadas em qualquer dos países industrializados.

A economia brasileira já em 1933 dava sinais de recomeçar seu crescimento, a política de defesa do setor cafeeiro contribuiu para manter a procura efetiva e o nível de emprego nos outros setores da economia. Com a crise houve uma redução na quantidade de importações no volume de sessenta por cento, sem que tivesse acontecido uma queda na demanda interna, devido à proteção do café. Nesse sentido o setor que produzia para o mercado interno teve melhores oportunidades que o setor exportador. O fator dinâmico principal nesse período pós 1929 passou a ser o mercado interno, com isso desenvolveram-se as indústrias destinadas a substituir importações.

A política cambial adotada permitiu um amplo barateamento relativo das mercadorias de produção interna, e foi sobre a base desse novo nível de preços relativos que se processou o desenvolvimento industrial dos anos 30.

No pós-guerra optou-se, em termo de política econômica, por uma série de controles seletivos das importações, e isso teve profunda significação para o futuro do país, a política cambial adotada beneficiava a entrada de bens de capital e de matérias-primas em detrimento das importações de manufaturados acabadas de consumo. Dessa forma o setor industrial se favorecia em duplo sentido, devido à redução ao mínimo da concorrência externa pelo controle das importações e porque as matérias-primas e os equipamentos poderiam ser adquiridos a preços relativamente mais baixos.

No último capítulo do livro – *Perspectiva dos próximos decênios* – Furtado aponta para onde deve caminhar a economia brasileira, colocando as disparidades regionais no centro da discussão. Na década de 1950 a economia brasileira tinha alcançado certo nível de articulação entre as regiões, mas podem-se constatar profundas disparidades de níveis regionais de renda entre elas.

Celso Furtado entende que:

A transformação estrutural mais importante que possivelmente ocorrerá no terceiro quartel do século XX será a redução progressiva da importância relativa do setor externo no processo de capitalização. Em outras palavras, as indústrias de bens de capital – particularmente as de equipamentos – terão de crescer com intensidade muito maior do que o conjunto do setor industrial [...]. É essa uma condição essencial para que a política econômica se permita visar ao duplo objeto de defesa do nível de emprego e do ritmo de crescimento (FURTADO, 2007, p. 327).

Ele aponta que essa discussão deve estar no centro dos debates para pensar desenvolvimento no Brasil, e que isso deve ser uma das preocupações centrais da política econômica no correr dos próximos anos, o que exigirá uma nova forma de integração da economia nacional.

Numa conferência em Londres, em 1965, ele discute sobre os “obstáculos políticos ao crescimento brasileiro”, onde se dispõe a analisar os fatores políticos que dificultam o desenvolvimento econômico no Brasil, que em sua análise, em última instância, corresponde às causas que impediram no país de formular e implementar uma política de desenvolvimento. Nessa conferência, publicada pela *Revista Civilização Brasileira*, Furtado (2013f) faz um balanço do processo de industrialização no pós 1930, entendendo que a industrialização foi de tipo substitutivo, que se apoiou num mercado previamente criado pela economia de exportação. O que aconteceu foi marcado pela

[...] ausência de uma política que orientasse o processo de industrialização teve sérias consequências, cujos efeitos negativos se acumularam na fase presente. Assim, não foi preparada a infraestrutura que permitiria a transição de uma economia exportadora de produtos primários para outra de tipo industrial (FURTADO, 2013f).

O que aconteceu no Brasil foi algum desenvolvimento industrial sem conflitar-se com a agricultura no plano político ideológico. Furtado destaca a falta de uma classe industrial que fosse armada de uma ideologia própria com forte atuação

política capaz de dar conta da modernização do marco institucional político brasileiro.

Ele entende o Estado brasileiro como uma organização que tinha escassa significação para a massa da população, sendo sua função básica servir de suporte financeiro para a máquina militar e a burocracia civil. E esta última estava diretamente relacionada aos chefes locais, que constituíam uma classe de senhores, cuja autoridade, tradicionalmente reconhecida, se apoiava no controle da propriedade da terra.

Até a década de 1960 se acumulava os efeitos negativos da ausência de uma política que orientasse o processo de industrialização, que não preparou uma infraestrutura que permitisse a transição de uma economia exportadora de produtos primários para outra de tipo industrial, como a que Celso Furtado almejava.

A sociedade de massas, resultado desse processo, que abriu caminho ao populismo antes de haver se formado novos grupos dirigentes que pudessem tocar um projeto de desenvolvimento nacional de maneira contraposta à ideologia tradicionalista. Com isso as pretensões “desenvolvimentistas” somente se traduziam em planos de obras públicas, metas de investimentos etc., que constituem um compromisso dos chefes “populistas” com a massa, mas sem um compromisso real de discutir uma reforma tributária que permita efetivo aumento da capacidade financeira do governo com base numa distribuição da carga fiscal socialmente mais justa.

No que se refere à dimensão regional, Furtado aponta que as instituições políticas regionais estavam submetidas ao controle da velha classe dirigente. E que em 1959 tentou enfrentar o problema do Nordeste, mas por via de uma nova instituição, porque entendia que as existentes estavam sob controle dos grupos políticos locais e era praticamente impossível resgatá-las. Essas classes localmente dominantes no Nordeste eram a grande adversária de Celso Furtado, do seu planejamento, no seu projeto de desenvolvimento.

4 DA TEORIA À PRÁTICA DESENVOLVIMENTISTA DE CELSO FURTADO

Em 1959, Celso Furtado (2013b) proferiu uma conferência chamada *Operação Nordeste*, onde destacou que o Brasil se formou através de um longo processo de integração política de regiões desarticuladas, mas que o processo de

integração econômica, sofreu profundo desvio na primeira metade deste século XX, em consequência do processo mesmo de industrialização. A articulação entre as regiões se deu em torno do mercado devido a crescente expansão do Centro-sul.

Essa tendência crescente de disparidades regionais de graus de desenvolvimento resultou no que ficou conhecido como Operação Nordeste, que Furtado se empenhou em dar contornos econômicos, avaliando o ritmo de crescimento da economia brasileira, que se deu de forma muito desigual entre as duas grandes regiões em que se concentram os mais importantes grupos populacionais do país – Nordeste e Centro-sul. O Nordeste tinha uma participação no Produto Bruto da economia brasileira no montante de 30% em 1939, em 1959 estava em 11%, isso só demonstra que as disparidades se agravam de maneira crescente (FURTADO, 2013b).

O estudo *Uma Política de Desenvolvimento para o Nordeste*, apresentado, em 1959, como sendo de autoria do Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste, que na verdade é de autoria de Furtado, é um apurado exame da situação da região Nordeste, mas não só um exame como um texto propositivo, com um plano de ação.

O relatório do GTDN destaca elementos como a baixa renda per capita do Nordeste em 1956, que, convertida adequadamente a taxa de câmbio, não chegava 100,00 dólares, ou seja, umas das mais baixas do ocidente, sendo apenas um terço da renda per capita encontrada no Centro-sul. O Nordeste possuía uma quantidade muito menor de terra por homem ocupado em trabalhos agrícolas, uma quantidade bem inferior de capital investido na agricultura e um grau muito menor de capitalização das indústrias: essas constatações levaram o grupo a duas conclusões básicas, escassez relativa do fator terra e menor acumulação de capital (BRASIL, 1967).

Esse relatório, após um esforço detalhado de apontar a natureza e extensão dos problemas nordestinos, apresentou como proposta de solução para as disparidades entre as regiões do Brasil:

- a) intensificação dos investimentos industriais, visando criar no Nordeste um centro autônomo de expansão manufatureira; b) transformação da economia agrícola da faixa úmida, com vistas a proporcionar uma oferta adequada de alimentos nos centros urbanos, cuja industrialização deverá ser intensificada; c) transformação progressiva da economia das zonas

semiáridas no sentido de elevar sua produtividade e torná-la mais resistente aos impactos da seca; e d) descolamento da fronteira agrícola do Nordeste, visando incorporar à economia da região as terras úmidas do hinterland maranhense, que estão em condição de receber os excedentes populacionais criados pela reorganização da economia da faixa semiárida. (BRASIL, 1967, p. 14).

A política oficial para o setor industrial nordestino tinha objetivos relativamente ambiciosos, fica claro ao observar o Documento do GTDN, onde diz que a política de industrialização tinha o objetivo triplo de dar emprego a população, criar uma classe dirigente nova e fixar na região os capitais formados em outras atividades econômicas, que tinham tendência a migrar em busca de maior lucratividade (ALMEIDA; ARAÚJO, 2005, pg. 158).

A SUDENE, criada em 1959, deveria representar a implantação das ideias desenvolvimentistas, com o estado brasileiro atuando no sentido de programar uma política de desenvolvimento regional através do planejamento associada a uma ativa política industrial, desse modo supostamente seria capaz de corrigir os desníveis e as assimetrias regionais do Brasil (LIMA, 2007).

A SUDENE deveria ser um órgão de natureza renovadora, com o governo atuando com uma só política ampla de desenvolvimento em relação ao Nordeste, agregando os dirigentes das agências governamentais mais importantes na área e coordenando os planos de todas elas (FURTADO, 2013b).

As ideias de planejamento de Celso Furtado estavam longe de ser unânime, o trabalho de Meneses (2016) ilustra muito bem os debates do senador paraibano Argemiro de Figueiredo⁵ contra Celso Furtado e a SUDENE. Furtado, em *Operação Nordeste*, defendia que o problema nordestino não residia na Seca enquanto fenômeno climático, mas sim enquanto fenômeno social. As “obras contra as secas” ficavam localizadas nas fazendas dos grandes proprietários, integrados no sistema algodoeiro pastoril, as estiagens não afetaram de forma tão grave o algodão mocó,

⁵ Argemiro de Figueiredo, de Campina Grande - PB, iniciou sua carreira política filiado ao Partido Democrático. Em 1929 esteve do lado a Aliança Liberal em defesa do governador João Pessoa e Getúlio Vargas, esse apoio representou o rompimento com o Pai e Irmão que enquanto representantes de algodoeiros estavam posicionados contra João Pessoa, por causa de sua política fiscal. Durante o Estado Novo foi o interventor de Vargas na Paraíba, onde consolidou uma imagem de defensor do meio rural (principalmente algodão e pecuária). Em fins da década de 1940 e 1950 foi derrotado pela coligação liderada por José América de Almeida. Em 1958 filiou-se ao Partido Trabalhista do Brasil, mesmo estando ligado a uma pauta bem diferente – agricultura, pecuária, obras de açudagem, irrigação e abastecimento de água, junto a uma retórica da ordem e um “macartismo à brasileira”, em oposição à reforma agrária – foi senador por diversos mandatos, e tem longa descendências de políticos no Estado da Paraíba (MENESES, 2016).

que é uma planta xerófila, o gado também resistia, em alguma medida, principalmente devido aos açudes criados nos últimos 50 anos (primeira metade do século XX) de obras contra as secas. O que não resistia era a produção de alimentos, que deixava as grandes massas de “meeiros” a ficarem sem ter o que comer.

Essas “obras contra as secas”, não mexiam no problema essencial, por sua vez, intensificava a cada nova seca. Por isso Furtado defendia que se criasse na região semiárida – na caatinga – uma economia que fosse resistente aos períodos de estiagem, para isso seria fundamental enfrentar toda a estrutura já existente.

É contra essa mudança de abordagem do problema nordestino, que o senador Argemiro de Figueiredo, representando os interesses dos grandes proprietários do interior nordestino, se insurge. Em suas palavras na tribuna do senado federal:

É um erro catastrófico para a região nordestina essa prioridade que se pretende assegurar o problema da industrialização, como processo técnico de recuperação econômica e de combate ao flagelo das secas. [...] Em pouco ou nada irá influir, na vasta zona do polígono, a formação de núcleos industriais, por mais poderosos que sejam, uma vez que permanecerá exposta a calamidade de toda a imensa população rural abrangida pelo fenômeno climático [...] os poços manterão os rebanhos e servirão para irrigar pequenos trechos rurais. Contudo, se forem bem disseminados, transformarão a fisionomia social e econômica dos Estados e evitarão o êxodo das populações rurais. [...] Exprime um desalento e a falência dos nossos recursos técnicos aconselhar-se o deslocamento de nordestinos de qualquer zona onde estejam eles situados. Isso não seria solução, seria fuga! Seria a violação dos preceitos da Lei Maior, que manda valorizar o homem, a terra e fixar o camponês a zona do seu trabalho [...] o problema vital resume-se nisto: água e irrigação (REVISTA INFORMAÇÃO LEGISLATIVA, 1983, p. 25-26 apud MENESES, 2016, p. 96).

Em um quadro produzido por Meneses (2016) com os discursos de Argemiro de Figueiredo contra a SUDENE entre 1961 e 1962, pode-se contar 13 discursos do senador paraibano de diversas formas, com a principal prerrogativa de que a fórmula anterior de “água e irrigação” seria a solução do problema nordestino.

Com um olhar completamente diferente desse de Argemiro de Figueiredo, Celso Furtado, inclusive por estar ligado a outra fração das classes dominantes, estava muito atento à luta de classes, buscando sua contenção. As ligas camponesas representavam claramente uma ameaça de solução violenta para os problemas nordestinos e Furtado seguia pelo caminho de tentar pacificar a situação

garantindo melhores condições de vida pela ação da SUDENE, contra os interesses dos grandes proprietários, mas pela manutenção da ordem capitalista.

No curta de documentário produzido pela TV estadunidense ABC, de nome *The Troubled Land* (1964), Celso Furtado é apresentado como brilhante economista que tem planos excelentes para a região. Ele transparece estar preocupado pela “agitação que cresce a cada dia”, e pelos “muitos fatores que fomentam a agitação”. Ele é alguém que não está do lado dos políticos tradicionais da região, muito menos dos comunistas. É alguém que está preocupado com a manutenção da ordem, mas inteligente o bastante para se preocupar com a luta de classes, no seu caso preocupar-se com sua contenção.

Foi seguindo esse espírito que Furtado publicou em 1962 o livro *A pré-revolução brasileira*, onde pretendia debater com estudantes, operários, empresários, intelectuais, e até com os camponeses sobre a possibilidade de uma Revolução. Ele estava se colocando numa posição defensiva em relação aos grupos revolucionários e também sobre a possibilidade de uma ditadura de direita.

O centro do problema para Furtado estava no anacronismo da estrutura agrária brasileira, e nordestina em particular. Seu projeto era aquele já apresentado no documento do GTDN, e via nas classes dominantes do Nordeste (que são bem representadas por Argemiro de Figueiredo) sua maior barreira.

Ele estava preocupado com o marxismo, que traduz o diagnóstico da realidade social em normas de ação, ou seja, uma Revolução, e como ele coloca textualmente:

A experiência histórica dos últimos decênios tem demonstrado que, aplicada contra outras estruturas rígidas — a China Nacionalista e da ocupação japonesa, a Cuba de Batista são exemplos conspícuos —, essa técnica revolucionária, que exige disciplina espartana na base e a audácia de liderança de um Alexandre, pode ser de elevada eficácia (FURTADO, 2013g).

As Ligas Camponesas vista com a memória da Revolução Cubana de 1959, criava preocupação no governo estadunidense, e em Furtado. Como está ilustrado naquele documentário já mencionado *The Troubled Land*.

Para Furtado seria um erro a substituição de uma ditadura de classe por outra, e constituiria um atraso político. O principal argumento dele é que no Brasil a classe camponesa é quem teria mais condições de fazer essa revolução, nas suas palavras a classe camponesa estava “*mais suscetível de ser trabalhada por técnicas*

revolucionárias de tipo marxista-leninista do que a classe operária” (FURTADO, 2013g).

A base de sua argumentação é que uma revolução do tipo marxista-leninista, em sua visão, tenderia a acontecer em uma sociedade com uma estrutura atrasada, e por isso, dado a estrutura do setor agrário no Brasil era bem possível que houvesse a revolução. Desse modo sua opção é que deveriam ser combatidas as condições objetivas que determinavam o retrocesso político-social no país, ou seja, a estrutura agrária anacrônica.

A saída para Celso Furtado estava por dentro do sistema capitalista, o estruturalismo cepalino⁶, em alguma medida retomava a tradição do pensamento marxista, mas só na medida em que destacava a análise das estruturas sociais, e não só a economia, como importantes para compreender o comportamento dos agentes econômicos.

Em um texto publicado pela *Oxford University Press*, em 1987, Celso Furtado pensando sobre seu inconformismo e reformismo, aponta que a saída apontada nos anos de 1950 para superação do subdesenvolvimento deveria privilegiar três direções:

- abandono do critério de vantagem comparativa estática como fundamento da inserção na divisão internacional do trabalho;
- introdução do planejamento como instrumento ordenador da ação do Estado, cujas funções no campo econômico tenderiam a crescer à medida que se ampliasse o esforço para superar o subdesenvolvimento;
- fortalecimento das instituições da sociedade civil (principalmente dos sindicatos de trabalhadores rurais e urbanos), de cuja ação se poderia esperar a renovação das bases sociais de sustentação do Estado e a contestação dos padrões prevaletentes de distribuição de renda. (FURTADO, 2013c)

Longe de qualquer dúvida, os apontamentos meio tortos dos jornais representantes das classes de dirigentes agrários que Furtado seria um comunista disfarçado se esvai pela própria lógica do seu pensamento. Furtado é um reformista⁷, e toda a saída que propõe é dentro do sistema capitalista, inclusive estava muito preocupado naquele período pré-1964 com os rumos que poderia

⁶ O estruturalismo cepalino surgiu nos anos 1950 e buscava destacar a importância dos parâmetros não econômicos dos modelos macroeconômicos. Não tem relação direta com a escola estruturalista francesa, que tem como orientação básica uma análise dos eixos das sincronias na análise social, o que a levou a construir uma sintaxe das disparidades nas organizações sociais (FURTADO, 2013c).

⁷ Entende-se por reformismo, grupos que lutam por reformas no quadro do capitalismo, sem nem sequer mencionar ou almejar a possibilidade de ir para além da sociedade burguesa.

tomar o país, estando super na defensiva, em busca da superação do atraso da estrutura agrária, para evitar que a luta de classes se acirrasse e a saída fosse uma revolução socialista. Também estava preocupado com a saída por um golpe de direita que seria um reforço das ideias das classes conservadoras, em detrimento de uma burguesia “progressista” industrial que defende.

Tânia Bacelar (2000) apresenta que *“um dos sonhos de Furtado era criar no Nordeste uma burguesia industrial que pudesse estrategicamente se confrontar com as oligarquias agrícolas, que tinham um peso muito grande”* (BACELAR, 2000, p. 78). Com o golpe militar de 31 de março, essas aspirações reformistas foram enterradas e a SUDENE mudou seu curso.

5 O GOLPE E O FIM DAS ASPIRAÇÕES REFORMISTAS

As aspirações reformistas foram barradas pelo Golpe militar de 1964. E ficaram pelo caminho as “forças progressistas” sobre as quais Celso Furtado se apoiava. O que aconteceu a seguir foi um processo de modernização sem reformas, visando basicamente à transformação econômica da região, mas conservando a estrutura fundiária e as relações sociais de produção no campo.

Em entrevista, em 2004, ao jornal o Estado de São Paulo sobre o Golpe de Março de 1964, Celso Furtado disse que:

[...] o Nordeste, onde eu estava na época, foi a região mais prejudicada pelo golpe. O Nordeste foi surpreendido com uma política em andamento, um movimento social, através das Ligas Camponesas, da Sudene e da Igreja Católica, que apontavam para uma outra direção. Tudo isso foi destruído [...] No Nordeste as consequências foram mais graves, pois a repressão exercida acabou com o movimento social existente, as Ligas e a Igreja Católica. A região do País que havia acumulado maior atraso social era o Nordeste. O atraso aumentou ainda mais com a mudança (FURTADO, 2004a).

O golpe representou o reforço político das oligarquias agrárias no Nordeste, ele encerrou as aspirações desenvolvimentistas, o regime político tomou um caráter mercantil particularmente antissocial, antinacional e antidemocrática. A intensiva exploração do trabalho tornou-se parâmetro do padrão de acumulação, a coerção tornou-se a base da dominação, a pobreza e miséria garantiram a alta lucratividade da burguesia brasileira, como também nos outros países latino-americanos. A ilusão de um capitalismo civilizado era impossível por essas terras (SAMPAIO JR. 2012).

Um grupo de Economistas da Universidade de São Paulo (USP), liderado por Delfim Neto, teve bastante destaque nesses governos. Diferentemente de Furtado em sua perspectiva estruturalista, Delfim Neto propunha, a partir de estudos de base econométrica, uma modernização da base técnica da agricultura sem reformas, colocando que seria importante melhorar o nível técnico da agricultura, via mecanização e insumos químicos, o resultado disso seria uma estrutura agrária eficiente (GARCIA, 1990). Dessa forma toda e qualquer preocupação sobre concentração de terra e de renda foi esquecida.

Mesmo antes de assumir o Ministério da Fazenda, enquanto acadêmico Delfim Neto, como sua geração de economistas e econometristas da USP, fizeram o esforço para tentar comprovar sua tese da resposta funcional da oferta agrícola às pressões da demanda, contra a tese cepalina que defendia haver uma rigidez da oferta agrícola pela própria dinâmica agrícola, que seria então um problema ao não fornecer uma quantidade adequada de alimentos para as cidades (DELGADO, 2005).

A chave de leitura desse grupo negava a existência de uma questão agrária, nos moldes propostos, desconsiderando a estrutura fundiária e as relações de trabalho no campo como um problema econômico relevante. Desse modo a estrutura agrária estava perfeitamente adequada para cumpridas às funções da agricultura no desenvolvimento econômico (DELGADO, 2005).

Diante do novo contexto histórico houve um redesenho radical das políticas, que antes tinha uma base teórica do estruturalismo desenvolvimentista, cuja dissolução passou a pela dupla articulação contraditória entre imperialismo e desenvolvimentismo. O capital internacional passou de uma posição onde era visto como empecilho ao desenvolvimento, para uma posição onde era uma condição para o mesmo. O redesenho incluiu uma diluição da contradição entre pobreza e desenvolvimento, nesse sentido a integração social deixava de ser vista como fundamental à incorporação de progresso técnico para se converter em resíduo colonial sem maiores consequências para o dinamismo capitalista. Com a redução da ideia de desenvolvimento para a simples ideias de industrialização e modernização, se deixa de lado questões que eram anteriormente importantes como a questão da autonomia nacional e o problema da integração social. Isso significou,

na verdade, uma profunda ressignificação do próprio conceito de desenvolvimento (SAMPAIO JR, 2012).

Esse período constituiu-se como a “idade de ouro” do desenvolvimento da agricultura capitalista e sua integração com a economia industrial/urbana, momento que ficou conhecido na literatura como “modernização conservadora”, onde houve um ciclo de modernização técnica e crescimento sem mudança na estrutura agrária, processo que nasceu da derrota política de reforma agrária pelo golpe militar.

Essa “modernização conservadora” da agricultura brasileira entre as décadas de 1960 e 1980 mudou a realidade da produção agrícola, ao tempo que promoveu um movimento de concentração das terras. À medida que a integração produtiva entre as regiões impulsionou a indústria nordestina a se tornar complementar a do Centro-sul, levou a produção agropecuária nordestina a ter problemas.

Em 1981, Celso Furtado publicou um texto *Uma Política de Desenvolvimento do Nordeste* (com mesmo título daquele do GTDN), no primeiro número da revista *Novos Estudos*, refletindo sobre o que aconteceu nos últimos anos em termos de política de desenvolvimento, e pensando também diretrizes para uma nova política.

Nesse texto ele destacou que o “*Nordeste é, na verdade, a face do Brasil em que transparece com brutal nitidez o sofrimento do povo*” (FURTADO, 1981, p. 13). Ele ainda coloca que “*uma política adequada para o Nordeste significa renunciar à ilusão de que essa região é tão-somente um apêndice, algo que pode ser relegado a segundo plano, que pode esperar um amanhã incerto em que ‘o bolo a distribuir’ seja maior*” (FURTADO, 1981, p. 13), polemizando com Delfim Neto, autor da famosa frase, durante o chamado “milagre brasileiro”, em que dizia que queria “fazer o bolo crescer, para depois dividi-lo”.

O resultado do processo aplicado pelos governos militares foi a crescente dependência do Nordeste em relação ao Centro-sul. Essa nova dependência está na subordinação a uma lógica industrial que abarca o conjunto do País, mas é comandada pelo Centro-sul, relegando ao Nordeste um papel de apêndice, de um mercado dominado (FURTADO, 1981).

No que se refere ao setor agropecuário, as relações inter-regionais que emergiu da industrialização das décadas de 1960 e 1970 aprofundou a dependência do Nordeste. O Mercado nordestino se tornou mais e mais um complemento do

mercado do Centro-sul, e os investimentos industriais no Nordeste seguiram uma lógica de subordinados a economia do Centro-sul.

Pensando nas diretrizes para uma nova política de base objetiva para Nordeste, Celso Furtado, em 1981, aponta três eixos principais:

O primeiro assumiria a forma de transferência maciça de recursos para a região pelo menos por um decênio; o segundo teria por objetivo introduzir modificações estruturais que produzam melhoras sensíveis nas condições de vida e na capacidade de iniciativa da massa trabalhadora rural; e o terceiro visaria a aumentar de forma substancial a participação do Nordeste na atividade industrial do País, numa forma de complementação com o Centro-sul que não crie dependência e sim tenha em conta as particularidades sociais e ecológicas da região mais pobre (FURTADO, 1981, p. 16).

Esse programa tem algumas diferenças em relação àquele apresentado em 1959. Especialmente porque a batalha contra a oligarquia agrária tinha sido perdida, e já tinha acontecido um processo de modernização da agricultura e industrialização de forma bem diferente daquele pensado por Furtado. Agora o problema não tinha uma natureza fundamentalmente endógena como Furtado pensava naquele momento, a relação de profunda dependência do Nordeste em relação ao Centro-sul era agora o alvo do planejamento.

Esses três eixos tinham por objetivo a incorporação ao esforço de desenvolvimento às massas rurais do Nordeste, que no quadro da estrutura agrária ficavam de fora. O processo de penetração dos recursos financeiros e da técnica moderna aconteceu de modo que aumentava a distância entre uma ínfima minoria beneficiada e a imensa maioria esquecida, ainda permanecia em sua análise o objetivo estratégico de eliminar o latifúndio predatório e o minifúndio asfixiante que davam forma a aquele sistema brutal de exploração do homem (FURTADO, 1981).

O Estado foi profundamente atuante nesses anos, no sentido de assumir responsabilidades diretas no investimento e na gestão da economia, mas esse mesmo Estado foi culpado, em sua medida, por ignorar o que o desenvolvimento deveria abranger o conjunto do País, especialmente onde mais falham as forças do mercado. Por isso Furtado defendia uma descentralização industrial para corrigir a tendência ao gigantismo, e assim, favorecer também as empresas médias e pequenas, devolvendo aos empresários nacionais parte da iniciativa que perderam nos últimos decênios (1960 e 1970) (FURTADO, 1981).

Em um capítulo de *Cultura e desenvolvimento em época de crise* de 1984, Celso Furtado (2013e) se debruçou mais a fundo sobre o que ele chamou de um “caso exemplar de mau desenvolvimento” se referindo ao Nordeste dos anos 1960 e 1970. Mesmo que tenha acontecido uma melhora da infraestrutura física, especialmente nos setores de transportes e energia, não se pode dizer que os salários reais da grande massa da população acompanharam esse crescimento econômico, e que a grande massa da população rural em muito pouco ou nada dele se beneficiou.

Furtado chama atenção para a discussão que

[...] o desenvolvimento não é apenas um processo de acumulação e de aumento de produtividade macroeconômica, mas principalmente uma via de acesso a formas sociais mais aptas para estimular a criatividade humana e para responder às aspirações de uma coletividade, comprovamos com facilidade que um de seus aspectos fundamentais reside na conformação que assume o setor agrário (FURTADO, 2013e).

Mesmo depois de anos de políticas que resultaram num forte crescimento econômico para a região, a grande seca que afetou a região entre 1979-1984 continuava a ter os mesmos efeitos nocivos para a população rural, o que significa que o que foi feito não mudou estruturalmente a região. Voltando aquela proposta do texto de 1981, Furtado defende que deveria acontecer uma política de industrialização que tenha em conta a dimensão continental e as peculiaridades regionais do Brasil.

Para o *Jornal do Economista*, em 2004, Celso Furtado publicou um texto, *Os Desafios da Nova Geração* que é muito ilustrativo sobre como o Furtado no auge da sua maturidade intelectual (no ano de sua morte) pensava sobre os rumos para o Brasil. Ele volta a crítica o mau desenvolvimento brasileiro, e a falta de correspondência entre crescimento econômica e desenvolvimento no Brasil, onde a população rural pouco se beneficiou desse crescimento.

Se nos 21 anos de regime militar foi marcado por esse mau desenvolvimento, a questão para Furtado é porque durante o período democrático ainda parece tão difícil promover mudanças nesse quadro. Nesse momento ele direciona sua crítica ao corte desmedido nos investimentos públicos, e assim as políticas de corte neoliberal, que produzia efeitos particularmente nefastos nas regiões mais dependentes de aplicações do governo federal (FURTADO, 2004b).

Ele defende que duas frentes seriam fundamentais nesse século XXI para suscitar uma autêntica mudança qualitativa no desenvolvimento do país: a reforma agrária e uma industrialização (de acesso às tecnologias de vanguarda). Com a reforma agrária os agricultores teriam potencial para se transformem em atores dinâmicos no plano econômico. E em relação à industrialização seria preciso definir o tipo que fosse capaz de gerar o verdadeiro desenvolvimento, uma industrialização que tivesse acesso à tecnologia de ponta e levando em conta a dimensão continental e as peculiaridades regionais do país (FURTADO, 2004b).

E encerra o texto dizendo:

Sabemos que uma luta dessa magnitude só terá êxito com a participação entusiástica de toda uma geração. A nós, cientistas sociais, caberá a responsabilidade maior de velar para que não se repitam os erros do passado. Ou melhor, para que não voltem a ser adotadas falsas políticas de desenvolvimento cujos benefícios se concentram nas mãos de poucos (FURTADO, 2004b, p. 4).

Celso Furtado, enquanto pensador do Brasil, acreditava que seria possível fazer mais e melhor pelo país, acreditava que seria possível reformar o capitalismo para que ele se manifestasse aqui, como se manifestou nos anos dourados (pós segunda grande guerra) na Europa. Foi um otimista até o fim, mas sua crença nesse capitalismo “humano” só mostrou a incompatibilidade de pensar desenvolvimento (que abranja a dimensão social), com a lucratividade do capital nacional e internacional.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na região Nordeste as duas sub-regiões – açucareira e algodoeiro-pecuária – tendiam a preservar suas características no seu formato original nas sucessivas etapas de expansão e de retração, qualquer crescimento observado se dava por via de um caráter unicamente extensivo, agregando mais terras e força de trabalho, sem mudança em termos de produtividade desses fatores. Com o avançar dos séculos e a crise da empresa açucareira o Nordeste foi progressivamente se transformando numa economia onde grande parte da população era responsável pela produção dos seus bens de subsistência.

Na primeira metade do século XX, em resposta a crise capitalista internacional e a crise de superprodução do café, a política de defesa do café de

maneira inconscientemente serviu de forma anticíclica, com melhor resultado do que as praticadas em qualquer país industrializado. Depois da segunda grande guerra, a política econômica que foi adotada tinha por base uma série de controles seletivos das importações que beneficiava a entrada de bens de capital e de matérias-primas em detrimento das importações de manufaturados acabadas de consumo, favorecendo o setor industrial, e de maneira lógica, a região onde a indústria estava instalada.

A concentração industrial que se experimentou nesse período, fez surgir a necessidade de se discutir uma nova forma de integração da economia nacional. Furtado aponta a ausência de um planejamento que desse ordem ao processo de industrialização teve como consequências os efeitos negativos que haviam se acumulado até aquele momento, em termos de más condições de infraestrutura.

Quanto a dimensão regional, esse processo de industrialização foi excludente, e ampliou as disparidades regionais. As instituições políticas que poderia atuar para contrabalançar essa tendência estavam submetidas ao controle da velha classe dirigente. Foi por isso que em 1959, Furtado buscou enfrentar o problema do Nordeste por via de uma nova instituição, a SUDENE.

As classes localmente dominantes no Nordeste eram a grande adversária de Celso Furtado, do seu planejamento, do seu projeto de desenvolvimento. A política proposta pelo relatório do GTDN tinha o objetivo de dar emprego a população, criar uma classe dirigente nova e fixar na região os capitais formados em outras atividades econômicas. A SUDENE deveria ser esse órgão de natureza renovadora.

Celso Furtado era um pensador que estava atendo à luta de classes em busca da sua contenção. O movimento encabeçado pelas Ligas Camponesas no Nordeste eram uma ameaça a ordem social vigente. Por isso Furtado seguia pelo caminho de tentar pacificar a situação garantindo melhores condições de vida pela ação da SUDENE, contra os interesses dos grandes proprietários, mas pela manutenção da ordem capitalista. A solução proposta no âmbito do estruturalismo cepalino tinha intenção reformista, em busca de uma fração da burguesia que fosse progressista, para lutar contra as classes conservadoras.

O golpe militar de 1964 deu um fim às aspirações de Furtado, ficaram pelo caminho as “forças progressistas” sobre as quais Celso Furtado se apoiava. No Nordeste as consequências do golpe foram mais graves, ele representou o reforço

político das oligarquias agrárias no Nordeste, ele acabou com as aspirações desenvolvimentistas e reformistas.

O estruturalismo de Celso Furtado que referenciava os governos anteriores, foi substituído pela econometria de Delfim Neto que propunha uma modernização da base técnica da agricultura sem reformas, com o aprimoramento técnico da agricultura, via mecanização e insumos químicos sem qualquer preocupação com a concentração de terra ou de renda. Essa iniciativa pode ser entendida como a “idade de ouro” da agricultura capitalista e sua integração com a economia industrial/urbana no Brasil, ou “modernização conservadora”.

O resultado do processo aplicado por esses governos foi a criação de uma crescente dependência do Nordeste em relação ao Centro-sul, com forte subordinação industrial, com o Nordeste ocupando um papel de um mercado dominado. O Estado tomou em suas mãos diversas responsabilidades no investimento e na gestão da economia, mas não atuou pensando no conjunto do País, produzindo um desenvolvimento onde mais falham as forças do mercado.

Mesmo depois de anos de uma política que teve como resultado um intenso crescimento econômico para o Nordeste, a grande seca que afetou a região entre 1979-1984 continuava a ter os mesmos efeitos nocivos para a população rural, o que significa que o que foi feito não mudou estruturalmente a região. Os 20 anos de regime militar foram marcados por esse “mau desenvolvimento”, e depois da redemocratização as políticas de corte neoliberal, que produzia efeitos particularmente nefastos nas regiões mais dependentes de aplicações do governo federal.

Celso Furtado dedicou muitos anos a pensar a questão do desenvolvimento, pensou sobre o Nordeste, e sonhou que seria possível trazer “desenvolvimento” para essa região. Ele era inteligente o bastante para perceber o desinteresse de classe para mudar a situação, apelou aos intelectuais para que seguissem sua luta. Avaliando o conjunto dos textos, percebe-se também que ele deixou de acreditar numa fração progressista da burguesia que tomasse as tarefas democráticas em suas mãos. Ele viu seu favorito (o capital produtivo industrial) durante a ditadura seguir a tendência de concentração, ele viu essa fração perder espaço e força durante o neoliberalismo, e teria visto muito mais sobre a insustentabilidade desses projetos de conciliação de classe se tivesse continuado vivo até os dias de hoje.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, José Elesbão; ARAÚJO, José Bezerra de. Um modelo Exaurido: O caso da SUDENE. In. GRASEL, Dirceu; SOUZA, Antônio Ricardo de. (org.). **Gestão Pública e Desenvolvimento Econômico no Brasil: Perspectivas Nacional e Regional**. Cuiabá: EdUFMT, 2005.

BACELAR, Tania; SANTOS, Valdeci Monteiro. Desigualdades Regionais e Nordeste em Formação Econômica do Brasil. In: ARAÚJO, Tarcísio P. de; VIANNA, Salvador Werneck; MACAMBIRA, Júnior (Orgs.). **50 anos de Formação Econômica do Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA, 2009, v. 1, p. 177-200.

BACELAR, Tânia. A “questão regional” e a “questão nordestina”. In. TAVARES, Maria da Conceição (Org.). **Celso Furtado e o Brasil**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2000.

BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e Filosofia da Linguagem: Problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem**. São Paulo: Hucitec, 1999.

DELGADO, Guilherme Costa. A questão Agrária no Brasil, 1950-2003 in. JACCOUD, Luciana (Org.). **Questão Social e Políticas Sociais no Brasil Contemporâneo**. Brasília: IPEA, 2005.

FURTADO, Celso. A estrutura agrária no subdesenvolvimento brasileiro [1972]. In. D’AGUIAR, Rosa Freire (Org.). **Celso Furtado Essencial** [recurso eletrônico]. São Paulo: Companhia das Letras, 2013a. Formato: ePub. Paginação irregular.

_____. A Operação Nordeste [1959]. In. D’AGUIAR, Rosa Freire (Org.). **Celso Furtado Essencial** [recurso eletrônico]. São Paulo: Companhia das Letras, 2013b. Formato: ePub. Paginação irregular.

_____. Entre inconformismo e reformismo [1987]. In. D’AGUIAR, Rosa Freire (Org.). **Celso Furtado Essencial** [recurso eletrônico]. São Paulo: Companhia das Letras, 2013c. Formato: ePub. Paginação irregular.

_____. **Formação Econômica do Brasil**. 34. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

_____. Nordeste foi o mais prejudicado em 1964: Entrevista a Reali Jr. **Estado de São Paulo**. 4 abr. 2004a. Disponível em:
<<http://www.centrocelsofurtado.org.br/arquivos/image/201108311234540.entrevista_o_NE_foi_o_mais_prejudicado.pdf>> Acesso em 11 de jul. 2017.

_____. O Nordeste: reflexões sobre uma política alternativa de desenvolvimento [1984]. In. D’AGUIAR, Rosa Freire (Org.). **Celso Furtado Essencial** [recurso eletrônico]. São Paulo: Companhia das Letras, 2013e. Formato: ePub. Paginação irregular.

_____. Obstáculos políticos ao crescimento brasileiro [1965]. In. D’AGUIAR, Rosa Freire (org.). **Celso Furtado Essencial** [recurso eletrônico]. São Paulo: Companhia das Letras, 2013f. Formato: ePub. Paginação irregular.

_____. Os desafios da nova geração. **Jornal dos Economistas**. Jun. 2004b.

Disponível em:

<<http://www.centrocelsofurtado.org.br/arquivos/image/201411191735100.JornalEconomistasRioTextoRedCFje_jun2004_03.pdf>> Acesso em 11 de jul. 2017.

_____. Reflexões sobre a pré-revolução brasileira [1962]. In. D'AGUIAR, Rosa Freire (Org.). **Celso Furtado Essencial** [recurso eletrônico]. São Paulo: Companhia das Letras, 2013g. Formato: ePub. Paginação irregular.

_____. Uma política de desenvolvimento para o Nordeste. **Novos Estudos**

Cebrap. São Paulo, v. 1, 1, dez. P. 12-19. 1981. Disponível em:

<<http://www.centrocelsofurtado.org.br/arquivos/image/201108311220420.uma_politica_de_desenvolvimento_NE.pdf>>

GARCIA, Álvaro Antônio. Agricultura e Desenvolvimento Econômico no Brasil: Os debates nas décadas de 50 a 70. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, n. 11, p. 198-222, 1990.

BRASIL. Ministério do Interior. Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste. **Uma política de desenvolvimento para o Nordeste**. 2. ed. Recife: 1967.

GUIMARÃES NETO, L.; BRANDÃO, Carlos. A Formação Econômica do Brasil e a questão regional. In: COELHO, Francisco da Silva; GRANZIERA, Rui Guilherme. (Org.). **Celso Furtado e a Formação Econômica do Brasil**: edição comemorativa dos 50 anos de publicação (1959-2009). São Paulo: Editora Atlas/Ordem dos Economistas do Brasil, 2009, v. 1, p. 202-225.

LIMA, Marcos Costa. Desenvolvimento e Globalização na Periferia: o elo perdido. **Perspectivas**, São Paulo, v. 32, p. 15-46, jul./dez. 2007.

MALLORQUÍN, Carlos. Celso Furtado. In. PERICÁS, Luiz Bernardo; SECCO, Lincoln Ferreira (Org.). **Intérpretes do Brasil**: clássicos, rebeldes e renegados [recurso eletrônico]. São Paulo: Boitempo, 2014. Formato: ePub. Paginação irregular.

MENESES, Valdênio Freitas. Um “Macartismo hidráulico” contra a Sudene: notas sobre a disputa entre o senador Argemiro de Figueiredo e Celso Furtado (1959-1963). **Cadernos do Desenvolvimento**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 19, p.83-102, jul./dez. 2016.

SAMPAIO JR. Plínio de Arruda. Desenvolvimentismo e neodesenvolvimentismo: tragédia e farsa. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 112, p. 672-688, out./dez. 2012.

THE TROUBLED Land. **Produção e direção de Helen Jean Rogers**. Coordenação de William Starkey. EUA: American Broadcasting Company, 1964. (25min), preto e branco. Disponível em:

<<<https://www.youtube.com/watch?v=6zTxCBIY7uE&feature=youtu.be>>> Acesso em 02 Abr. 2016.